

QUESTIONAMENTOS DA AEJ

1. A partir da promulgação do Marco Legal do Saneamento Básico, Lei 14.026 de 15/07/2020, as cidades devem começar a cobrar tarifas e taxas sobre os serviços de poda de árvores, varrição de ruas, limpeza de bocas de lobo, abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. Quais as iniciativas de seu governo para o atendimento desta lei sem onerar o contribuinte?
2. Considerando que **Gestão** é um conjunto de princípios relacionados às funções de planejar, organizar, dirigir e controlar; **Governança corporativa** é o conjunto de práticas, normas e processos que regulam a maneira como as organizações são gerenciadas e controladas e que **Compliance**, é o conjunto de procedimentos e regras que tem como objetivo manter a organização em linha com as normas vigentes e a ética.
O que pode comentar ou esclarecer do ponto de vista de sua Gestão, quanto a partidarização da administração municipal, em prejuízo de seus quadros técnicos, prejudicando a Gestão, Governança e Compliance?
3. Temos conhecimento através de relatos de profissionais que existem servidores públicos municipais que oferecem seus serviços para aprovação de projetos de maneira mais célere, colocando em desvantagem os demais profissionais. Como pretende tratar deste tema em sua administração?
4. É notório que a quantidade de servidores públicos municipais está aquém do necessário para uma prestação de serviços eficiente por parte da Prefeitura. Você pretende, pelo menos, repor os cargos abertos de fiscais, técnicos e engenheiros?
5. Além das ferramentas existentes na Prefeitura (Saepro, Geoportal, etc.), você pretende criar/implementar outras tecnologias com a finalidade de aumentar a eficácia da máquina pública?
6. Faz parte de seu Plano de Governo a manutenção preventiva visando os prédios públicos, sistema viário, obras de arte e prevenção de enchentes?
7. Quais ações pretende implementar para melhorar a mobilidade e acessibilidade em nosso município?
8. Nosso município é uma APA – Área de Proteção Ambiental desde 1.984, regulamentada pelo Decreto 43.284 de 1.998, cujo conteúdo, a nosso ver, é bom, contudo, necessitando ser atualizado por um Plano de Manejo previsto pela legislação federal desde o ano 2.000. Esta é uma ação que depende do Estado. Como pretende tratar deste tema em sua administração?
9. O que pretende fazer para incentivar a construção de moradias para população de baixa renda ?
10. O tema Mudanças Climáticas ganhou proporções de ordem mundial e hoje inclusive está previsto em nosso Plano Diretor. Como pretende tratar deste tema em sua administração?
11. A AEJ participa ativamente de diversos Conselhos Municipais. É sabido que em revisões/alterações do Plano Diretor, obrigatoriamente o COMDEMA e o CMPT devem ser ouvidos. A partir de um trabalho voluntário, a sociedade civil se envolve no processo e, com grande frequência, vê que os pareceres elaborados por estes conselhos não são acatados. Como você pretende tratar deste tema?

Respostas CREA – Higor Codarin (PSOL/REDE)

- 1- R: Primeiramente, acreditamos que a cobrança de tarifas e taxas deve ser feita de maneira progressiva e equitativa, garantindo que os cidadãos com menor capacidade de pagamento não sejam sobrecarregados. A nossa proposta é adotar uma abordagem que inclua, especialmente:
Tarifa Social e Subsídios Cruzados: Implementar um sistema de tarifas sociais que beneficie as famílias de baixa renda, subsidiado pelos contribuintes de maior capacidade financeira e pelas grandes empresas. Assim, podemos garantir que os serviços essenciais sejam acessíveis para todos, sem comprometer a dignidade das famílias em situação de vulnerabilidade.
- 2- nosso compromisso é com uma administração pública que funcione de forma eficiente, ética e transparente, priorizando a competência e a integridade acima de considerações partidárias. Acreditamos que, ao adotar essas práticas, poderemos garantir uma governança sólida e um serviço público de alta qualidade para todos os cidadãos.
- 3- É necessário que haja um processo de investigação dessas práticas. Caso sejam encontradas irregularidades, os servidores deverão ser processados administrativamente, como se prevê em lei.
- 4- Sabemos que existem déficits seríssimos em diversas áreas. Nosso objetivo maior é resolvê-los, em especial com a contratação de servidores via concurso público.
- 5- Acho que aqui está a importância do diálogo com setores da sociedade civil, como o CREA. Por vezes a iniciativa privada tem acesso às novidades de forma mais célere. O diálogo com os conselhos e associações profissionais podem nos possibilitar, também, inovações. Caso haja algo importante e necessário, incorporaríamos ao serviço público.
6. Sim. É de sua importância a prevenção. Temos como proposta não só a manutenção dos prédios públicos, como também o mapeamento de imóveis públicos vazios para verificar a viabilidade de utilização como moradia popular. Um dos principais compromissos de nossa candidatura é intervir no grave problema da moradia em nossa cidade. Com relação às enchentes, é importante realizarmos um mapeamento das áreas de risco. Mas não apenas. É necessário investir em ações concretas que impeçam e minimizem os impactos.
7. Nossa principal proposta para mobilidade urbana é a tarifa zero.
8. Mobilização Comunitária e Participação: Envolver a comunidade local no processo de atualização do plano de manejo. A experiência e o conhecimento dos moradores são valiosos e devem ser incorporados para garantir que o plano reflita as reais necessidades e expectativas da população.
Parcerias com Entidades e Organizações: Trabalhar em colaboração com organizações ambientais, universidades e entidades governamentais para obter o suporte técnico necessário e assegurar que a atualização do plano seja baseada em dados científicos e práticas de manejo sustentável.
Educação e Conscientização: Promover campanhas de educação ambiental para sensibilizar a população sobre a importância da APA e a necessidade de uma gestão atualizada e eficiente. A conscientização é crucial para criar uma base sólida de apoio e colaboração.
Foco na Justiça Ambiental: Assegurar que as políticas e ações relacionadas à APA não apenas protejam o meio ambiente, mas também respeitem e beneficiem todas as comunidades locais, especialmente aquelas que historicamente têm sido marginalizadas
9. Mapeamento de imóveis vazios para fazer valer os dispositivos de IPTU Progressivo e Direito à Preempção, assim como mapear os imóveis vazios da prefeitura. Por outro lado, reforçar laços com o governo federal para possibilitar recursos federais destinados à moradia popular.
10. Em nossa cidade, existem dois principais indutores das mudanças climáticas: a mobilidade urbana e a especulação imobiliária. Com a tarifa zero, esperamos reduzir o número de veículos das ruas, o que possibilitaria uma redução dos gases de efeito estufa (60% da cidade vem do transporte). Por outro lado, é necessário que realizemos medidas que impeçam as construtoras de continuar, sem nenhum tipo de planejamento, a construção de empreendimentos.
11. Em nosso governo, não mediremos esforços para que os conselhos tenham poder de deliberação. Faz parte da nossa perspectiva de tornar Jundiaí uma cidade mais democrática. É necessário que os jundiaenses compreendam que a democracia não é, apenas, eleger representantes. Democracia é exercício contínuo e

permanente. Os conselhos são um exemplo disso. Tornar as decisões dos conselhos deliberativas, é tornar a cidade mais democrática.